



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1396/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 115/2022

OBJETO	RENOVAÇÃO SEGURO DA FROTA DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA CÂMARA - 04 (FIAT TORO, WV NOVO VOYAGE, FORD NOVO FOCUS E TOYOTA COROLLA SEDAN XEI)
---------------	---

FUNDAMENTO LEGAL	Artigo 75, II da Lei 14.133/2021 e suas alterações
-------------------------	--

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	<u>339039-69</u> – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica/Seguros em Geral
-----------------------------	--



MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS

PÁGINA: 1

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

Praça Da Bandeira, Nº: 96, Centro, Jataí - GO, CEP: 75804-089

AUTORIZAÇÃO DE REQUISIÇÃO - 810

DATA DA REQUISIÇÃO: 06/12/2022

SITUAÇÃO: APROVADO

null

OBSERVAÇÃO

SEGURO DA FROTA (04 VEÍCULOS) OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ.

DEPARTAMENTO

SOLICITANTE

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE

019.890.971-38 - ANTONIO CARLOS CAMPOS SILVA

Item	Qtd. Aprovada	Unidade	Vlr.Unitário	vlr.Total	Saldo	Produto/Serviço	Observação
1	1,000	UNIDADE	0,0000	0,0000	0,0000	2696 - SEGURO DE FROTA (04 - VEÍCULOS)	SEGURO DE FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ.
TOTAL PRODUTO:							1
TOTAL GERAL:							0,00

Criado em: ANTONIO CARLOS CAMPOS SILVA

06/12/2022 00.00.00

Ultima Alteração: ANTONIO CARLOS CAMPOS SILVA

06/12/2022 00.00.00



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo



0000020221396

Número do Processo

1396/2022

WWW.JATAI.GO.LEG.BR

Órgão de Origem

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

Departamento de Origem

PROTOCOLO

Interessado

ANTONIO CARLOS CAMPOS SILVA

Assunto

REQUISIÇÃO

Data/Hora

06/12/2022 16:04

Descrição

Requisição nº 810 - Solicita a renovação do seguro da frota (4 veículo) oficiais da Câmara Municipal de Jataí.



Visualizar Anexo:



Resp. Autuação

KEYNER PEREIRA MARTINS

Previsão

Processo Agrupador

Nr. Doc

Valor

R\$ 0,00



MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI
Praça da Bandeira

PÁGINA 1

SOLICITAÇÃO DE COMPRA

Código Data

747 07/12/2022

Intituição

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

Natureza da Compra

DISPENSA

Descrição

Departamento

SECRETARIO GERAL

Finalidade

Processo

1396 - Requisição nº 810 - Solicita a renovação do seguro da frota (4 veículo) oficiais da Câmara Municipal de Jataí.

Situação

APROVADO

Dotação Orçamentária

Ficha

0017.000

Elemento

33903900

Especificação

Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

Função

1 - LEGISLATIVA

Fonte

100 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Subfunção

31 - Acao Legislativa

Ação

MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL

Programa

PROCESSO LEGISLATIVO

Produtos

Código	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	Valor ref.	Total
2696	SEGURO DE FROTA (04 - VEÍCULOS)	UNIDADE	1,00	8.657,93	8.657,93
Valor Total da Solicitação:					8.657,93

VENCEDORES

Fornecedor	Nº Item	Produto / Serviço	Un.Medida	Quantidade	Vr Unitário	Vr Total
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	1	SEGURO DE FROTA (04 - VEÍCULOS)	UNIDADE	1,00	8.657,93	R\$ 8.657,93

Valor Total: R\$ 8.657,93



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 61.198.164/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:13:14 do dia 26/10/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 24/04/2023.

Código de controle da certidão: **9804.4D30.A7F7.55CE**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 61.198.164/0001-60
Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Endereço: AV RIO BRANCO 489 R GUAIANAZES 1238 / CAMPOS ELISEOS / SAO PAULO / SP / 01205-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/12/2022 a 02/01/2023

Certificação Número: 2022120400252359288985

Informação obtida em 13/12/2022 18:54:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 61.198.164/0001-60
Certidão nº: 45217685/2022
Expedição: 13/12/2022, às 18:56:05
Validade: 11/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **61.198.164/0001-60**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Parecer Referencial nº 001/2022

Administrativo. Licitações. Dispensa de licitação. Contratação direta.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 75 e 74, respectivamente.

A dispensa de licitação ocorrerá nas seguintes hipóteses:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
; [\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; [\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#)

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

IV - para contratação que tenha por objeto:

a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

b) bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para a Administração;

c) produtos para pesquisa e desenvolvimento, limitada a contratação, no caso de obras e serviços de engenharia, ao valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); [\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#)

d) transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida, nas contratações realizadas por instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública ou por agência de fomento, desde que demonstrada vantagem para a Administração;

e) hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;

f) bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional;

g) materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar;

h) bens e serviços para atendimento dos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, hipótese em que a contratação deverá ser justificada quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificada pelo comandante da força militar;

i) abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento;

j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

k) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível;

l) serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas previstas nos incisos II e V do caput do art. 3º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, quando houver necessidade justificada de manutenção de sigilo sobre a investigação;

m) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde;

V - para contratação com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 3º-A, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação constantes da referida Lei;

VI - para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios;

VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

X - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

XI - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

XII - para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia;



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

XIII - para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização;

XIV - para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência;

XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

XVI - para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação que, regimental ou estatutariamente, tenha por finalidade apoiar órgão da Administração Pública direta, sua autarquia ou fundação em projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, ou em parcerias que envolvam transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS, nos termos do inciso XII do **caput** deste artigo, e que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à entrada em vigor desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Os valores referidos na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 10.922, de 30/12/2021, nos seguintes termos:

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#)

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
inciso XXII do caput do art. 6º	R\$ 216.081.640,00 (duzentos e dezesseis milhões oitenta e um mil seiscentos e quarenta reais)
§ 2º do art. 37	R\$ 324.122,46 (trezentos e vinte e quatro mil cento e vinte dois reais e quarenta e seis centavos)
inciso III do caput do art. 70	R\$ 324.122,46 (trezentos e vinte e quatro mil cento e vinte dois reais e quarenta e seis centavos)
inciso I do caput do art. 75	R\$ 108.040,82 (cento e oito mil quarenta reais e oitenta e dois centavos)
inciso II do caput do art. 75	R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos)
alínea "c" do inciso IV do caput do art. 75	R\$ 324.122,46 (trezentos e vinte e quatro mil cento e vinte dois reais e quarenta e seis centavos)



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

<u>§ 7º do art. 75</u>	R\$ 8.643,27 (oito mil seiscentos e quarenta e três reais e vinte e sete centavos)
<u>§ 2º do art. 95</u>	R\$ 10.804,08 (dez mil oitocentos e quatro reais e oito centavos)

A contratação direta por dispensa de licitação deve observar o procedimento previsto nos Arts. 72 e seguintes da nova Lei de Licitações.

Por oportuno, registro as seguintes determinações da Lei 14.133/2021, que devem ser atentamente observadas:

Art. 75. ...

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

...

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

...

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

Por fim, em havendo peculiaridades que escapem aos contornos descritos por esta manifestação jurídica referencial ou modificação das normas pertinentes, deverá o processo



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

administrativo ser submetido à Procuradoria Jurídica Legislativa, para análise individualizada da questão.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 01 de julho de 2022.

RENATA SILVA
OLIVEIRA:607249
19104

Assinado de forma digital
por RENATA SILVA
OLIVEIRA:60724919104
Dados: 2022.07.01 11:01:36
-03'00'

Renata Silva Oliveira
Procuradora-Geral



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo


CERTIDÃO

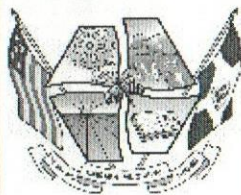
CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339039 / 69 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Seguros em Geral**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de serviço para a Câmara Municipal de Jataí.

CERTIFICAMOS ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor de R\$ 8.657,93 (oito mil seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos) nesta dotação.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATÁI, 07 de dezembro de 2022.

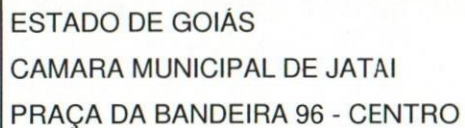

Adonae Augusto Pereira
TC CRC GO 2210/0-4



PARÂMETROS -> Todas dos órgãos escolhidos

COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTAÇÃO DE 07/12/2022 ATÉ 07/12/2022

CÓDIGOS	TÍTULOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				EMPENHADO		SALDO DOTAÇÃO	LIQUIDADO		PAGO		DESPESAS A PAGAR
		ORÇADO	PERÍODO	ACUMULADO	DOT. ATUALIZ.	PERÍODO	ACUMULADO		PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO	
19	Material de Acondicionamento e Embalagem						464,49			154,83		154,83	309,66
21	Material de Copa e Cozinha						3.590,10			3.590,10		3.590,10	
22	Material de Limpeza e Producao de Higienizacao						31.755,57			31.010,57		31.010,57	745,00
24	Material para Manutencao de Bens Imoveis						6.430,00			6.051,60		6.051,60	378,40
25	Material para Manutencao de Bens Moveis						11.971,90			8.849,20		8.849,20	3.122,70
26	Material Eletrico e Eletronico						14.639,34		420,00	14.574,14		6.115,14	8.524,20
28	Material de Protecao e Seguranca						1.009,25			485,00		485,00	524,25
29	Material para Audio, Video e Foto						4.658,40			2.418,40		2.418,40	2.240,00
31	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos						7.774,00			5.667,00		4.787,00	2.987,00
39	Material para Manutencao de Veiculos						19.538,00		1.440,00	12.764,82		11.324,82	8.213,18
42	Ferramentas						2.561,80			1.757,40		1.757,40	804,40
44	Material de Sinalizacao Visual e Afins						8.818,50			3.649,70		3.649,70	5.168,80
50	Bandeiras, Flamulas e Insignias						4.584,00			4.584,00		4.584,00	
0012.3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomocao	640,76			640,76			640,76					
0013.3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos Terceiriza	1.788,74			1.788,74			1.788,74					
0014.3.3.90.35.00	Servicos de Consultoria	433,98			433,98			433,98					
0015.3.3.90.36.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	160.000,00		-70.000,00	90.000,00			90.000,00					
0016.3.3.90.37.00	Locacao de Mao-de-Obra	9.486,80			9.486,80			9.486,80					
0017.3.3.90.39.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	980.000,00		-150.000,00	830.000,00		700.839,80	129.160,20		377.781,79		374.969,01	325.870,79
01	Assinaturas de Periodicos e Anuidades						7.000,00			7.000,00		7.000,00	
05	Servicos Tecnicos Profissionais						1.350,00			1.250,00		1.250,00	100,00
16	Manutencao de Conservacao de Bens Imoveis						27.774,10			16.549,18		16.099,18	11.674,92
17	Manutencao de Conservacao de Maquinas e Equip						2.680,00			1.820,00		1.820,00	860,00
19	Manutencao e Conservacao de Veiculos						19.555,25			12.078,25		12.078,25	7.477,00
20	Manutencao e Conservacao de Bens Moveis de Ou						39.504,93			19.177,59		19.177,59	20.327,34
23	Festividades e Homenagens						14.760,00			14.760,00		14.760,00	
41	Fornecimento de Alimentacao						5.948,00			3.671,73		3.671,73	2.276,27
43	Servicos de Energia Eletrica						170.000,00			97.550,37		95.187,59	74.812,41
44	Servicos de Agua e Esgoto						34.000,00			23.387,90		23.387,90	10.612,10
46	Servicos Domesticos						3.500,00			905,00		905,00	2.595,00
47	Servicos de Comunicacao em Geral						10.000,00			292,69		292,69	9.707,31
48	Servicos de Selecao e Treinamento						17.300,00			17.300,00		17.300,00	
58	Servicos de Telecomunicacoes						14.000,00			10.209,33		10.209,33	3.790,67
59	Servicos de Audio, Video e Foto						690,00			690,00		690,00	
63	Servicos Graficos						4.450,00			1.200,00		1.200,00	3.250,00



COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTACÃO DE 07/12/2022 ATÉ 07/12/2022

CÓDIGOS	TÍTULOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				EMPENHADO		SALDO DOTAÇÃO	LIQUIDADO		PAGO		DESPESAS A PAGAR			
		ORÇADO	PERÍODO	ACUMULADO	DOT. ATUALIZ.	PERÍODO	ACUMULADO		PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO				
0038.3.3.90.40.00	66 Servicos Judiciarios	150.000,00			150.000,00		16.500,00	47.190,30	144,00	8.103,79		8.103,79	8.396,21			
	69 Seguros em Geral						13.969,39			12.631,51		12.631,51	1.337,88			
	78 Limpeza e Conservacao						131.393,13			66.403,13		66.403,13	64.990,00			
	79 Servico de Apoio Administrativo, Tecnico e Operaci						29.580,00			29.580,00		29.580,00				
	81 Servicos Bancarios						8.000,00			4.535,28		4.535,28	3.464,72			
	83 Servicos de Copias e Reproducao de Documentos						1.575,00			722,00		722,00	853,00			
	88 Servicos de Publicidade e Propaganda						127.310,00			27.964,04		27.964,04	99.345,96			
	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunica						102.809,70			56.893,61		55.000,81	47.808,89			
	02 Manutenção e Conservação de Equipamentos de T						3.848,90			3.848,90		3.848,90				
	04 Locação de Software						65.510,00			32.057,60		32.057,60	33.452,40			
	07 Serviços de Comunicação de Dados						7.800,00			5.850,00		5.200,00	2.600,00			
	09 Suporte a Usuários de TIC						3.960,00			1.080,00		936,00	3.024,00			
	10 Suporte de Infraestrutura de TIC						2.898,80			2.525,51		1.426,71	1.472,09			
	14 Serviços relacionados a computação em nuvem						1.800,00			519,60		519,60	1.280,40			
0018.3.3.90.92.00	18 Outros Serviços de TIC		16.992,00	11.012,00	5.980,00											
	Despesas de Exercicios Anteriores	100,00		100,00	100,00											
	SOMA - MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL	14.916.550,28		-780.000,00	14.136.550,28	12.062,00	11.871.445,11	2.265.105,17	3.433,00	11.405.379,90		11.379.745,29	491.699,82			
01.271	Previdencia Basica	1.400.000,00			1.400.000,00		1.318.470,97	81.529,03		1.318.470,97	122.651,71	1.318.470,97				
01.271.2839	ENCARGOS ESPECIAIS															
9000	ENC.PREV. C/O REGIME GERAL DE PREVIDÊNC															
0019.3.1.90.13.00	Obrigacoes Patronais															
	02 Contribuição Patronal para o INSS						1.311.146,09			1.311.146,09	122.651,71	1.311.146,09				
	99 Outras Obrigações						7.324,88			7.324,88		7.324,88				
0023.3.1.90.92.00	Despesas de Exercicios Anteriores	100,00		100,00	100,00			100,00								
	SOMA - ENC.PREV. C/O REGIME GERAL DE PRE	1.400.100,00			1.400.100,00		1.318.470,97	81.629,03		1.318.470,97	122.651,71	1.318.470,97				
01.272	Previdencia do Regime Estatutario	700.000,00			500.000,00	1.200.000,00	1.052.150,25	147.849,75		1.052.150,25		1.052.150,25				
9001	ENC.PREV. C/O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊ															
0026.3.1.91.13.00	Contribuição Patronal para o RPPS															
04	Contribuição Patronal para o RPPS (Modalidade de															
0027.3.1.91.92.00	Despesas de Exercicios Anteriores													100,00	100,00	100,00
0039.3.3.90.08.00	Outros Beneficios Assistenciais													100,00	100,00	100,00
0029.3.3.91.97.00	APORTE P/ COBERT. DEF. ATUARIAL RPPS	100,00		100,00	100,00			100,00								
	SOMA - ENC.PREV. C/O REGIME PRÓPRIO DE F	700.300,00		500.000,00	1.200.300,00		1.052.150,25	148.149,75		1.052.150,25		1.052.150,25				
01.845	Transferencias															
9002	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS															

ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI
C.N.P.J.: 24.858.805/ 0001-39

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Certifico para os devidos fins que a presente
despesa foi atestada

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO Nº DECRETO: 0000042015

1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - CÓD.		1.2 - DOCUMENTO					1.3 - FONTE DE RECURSOS			1.4 - NÚMERO	
7308		NOTAS DE EMPENHO					Recursos Não Vinculados de Impostos / Recurso:			-1	
1.5 - DATA DE EMISSÃO		1.6 - NÚMERO DO PROCESSO			1.7 - TIPO		1.8 - FICHA		1.9 - SALDO ANTERIOR		
07/12/2022		0071222/22			GLOBAL		0017.000				
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR		
2022	01	01	01	0139	031	2.001	3.3.90.39.69	100.000	8.657,93		
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL		
CAMARA MUNICIPAL											
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE									1.23 - REQUISIÇÃO		
MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL											

2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR

2.1 - NOME		2.1 - CPF OU CNPJ			
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS		61.198.164/0001-60			
2.3 - ENDEREÇO		2.4 - MUNICÍPIO		2.5 - UF	
		SAO PAULO		SP	

3 - HISTÓRICO

3.1 - ESPECIFICAÇÃO			
EMPENHO PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA CMJ.			
3.2 - CERTIFICADO			
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO		4.2 - VALOR	
(OITO MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E NOVENTA E TRES CENTAVOS)		8.657,93	

MARINA SILVEIRA MARTINS
CPF: 433.459.801-34
PRESIDENTE DA CÂMARA


ADONAE AUGUSTO PEREIRA
CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210/0-4GO
CONTADOR

Pagamento de títulos com débito em conta corrente

07/12/2022 - BANCO DO BRASIL - 15:16:09
031300313 0011

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: CAMARA MUNICIPAL DE JATAI
AGENCIA: 0313-1 CONTA: 8.802-1

=====

ITAU UNIBANCO S.A.

34191759917638979293881008030009891970000020843

BENEFICIARIO:

PORTO S COMP DE S GERAIS

NOME FANTASIA:

PORTO S COMP DE S GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

BENEFICIARIO FINAL:

PORTO S COMP DE S GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

PAGADOR:

CAMARA MUNIC DE

CNPJ: 24.858.805/0001-39

NR. DOCUMENTO 120.702

DATA DE VENCIMENTO 12/12/2022

DATA DO PAGAMENTO 07/12/2022

VALOR DO DOCUMENTO 208,43

VALOR COBRADO 208,43

=====

NR.AUTENTICACAO A.CA0.939.0D1.56A.E01

=====

Central de Atendimento BB

4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas

0800 729 0001 Demais localidades.

Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB

0800 729 0722

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de
produtos e servicos.

Ouvidoria

0800 729 5678

Reclamacoes nao solucionadas nos canais
habituais agencia, SAC e demais canais de
atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala

0800 729 0088

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao,
outros produtos e servicos de Ouvidoria.

Assinada por JE677256 MARINA SILVEIRA MARTINS

07/12/2022 15:15:16

JE677361 DURVAL G OLIVEIRA

07/12/2022 15:16:07

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JE677361 DURVAL G OLIVEIRA.
